

PROCESSO Nº. 107/2022.
SELEÇÃO PÚBLICA Nº. 001/2022.
EDITAL Nº. 074/2022.

O MUNICÍPIO DE TARUMÃ, representado neste processo de seleção pública pelo Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar CAPC - instituído pelo Decreto Municipal nº 2611/2022 de 25 de janeiro de 2022, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 202 da Constituição Federal, Lei Complementar nº 108/2001, Lei Complementar nº 109/2001, Lei Complementar Municipal nº 019/2021 e em observância a Nota Técnica da ATRICON nº 01/2021 e ao Guia da Previdência Complementar elaborado pela Secretaria de Previdência (5ª Ed.), torna público aos interessados a abertura do Processo de Seleção Pública nº 001/2022, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital.

1 - OBJETO

1.1. Apresentação de propostas por Entidades Fechadas de Previdência Complementar interessadas em administrar plano de benefícios previdenciários dos servidores de cargo efetivo da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município de Tarumã, Estado de São Paulo.

1.2. Constitui objeto deste Edital a **Seleção de Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) para administração de plano de benefícios previdenciários servidores de cargo efetivo da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município de Tarumã, Estado de São Paulo.**

1.3. Devido as características da massa de servidores do Município de Tarumã, a escolha recairá sobre entidade que administre ou esteja apta a administrar plano multipatrocinado de previdência complementar.

1.4. O recebimento, processamento e emissão de parecer técnico acerca das propostas ficará a cargo do Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar CAPC, conforme determinado pelo Decreto Municipal nº 2611/2022, de 25 de janeiro de 2022 em simetria com §3º do artigo 21 da Lei complementar Municipal nº 019 de 09 de novembro de 2021.

2 - PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

2.1. Poderão participar desta seleção as pessoas jurídicas que se enquadram no conceito de Entidade Fechada de Previdência Complementar, que já administre ou que possa administrar planos de previdência de servidores públicos e que estejam devidamente autorizadas a funcionar como tal pelo respectivo órgão regulador, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e categorizadas como em “situação normal” no CadPrevic1.

3 - CONDIÇÕES IMPEDITIVAS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Estão impedidos de participar deste Processo Seletivo, as entidades que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

3.1.1. Pessoas Jurídicas cuja natureza social de seus objetivos não estejam relacionados ao objeto deste Edital de Processo de chamamento público;

3.1.2. Pessoas Jurídicas declaradas proibidas de contratar ou inidôneas por ato da Administração Pública de qualquer esfera estatal;

3.1.3. Pessoas Jurídicas que estiverem em processo de intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou recuperação judicial;

3.1.4. Pessoas Jurídicas que não estejam em situação regular quanto aos tributos federais, quanto às dívidas trabalhistas e recolhimentos de FGTS.

3.1.5. Entidades que não integram a qualidade de entidade fechada multipatrocinada.

4 - NORMAS E PROCEDIMENTOS DA SELEÇÃO

4.1. A divulgação de informações e procedimentos observará o seguinte:

4.1.1. O presente edital ficará disponível no Portal (sítio eletrônico) da Prefeitura Municipal de Tarumã, no seguinte endereço eletrônico <https://www.taruma.sp.gov.br/empresa/licitacoes> a partir do primeiro dia útil seguinte a sua publicação.

4.1.2. A seleção pública será conduzida pelo Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar CAPC, conforme determinado pelo Decreto Municipal nº 2611/2022, de 25 de janeiro de 2022, composta pelos seguintes servidores ou seus substitutos devidamente designados:

CONSELHEIROS	CPF	FORMAÇÃO ACADÊMICA	REPRESENTAÇÃO
Eliane Coimbra Milck	278.647.048-08	Advogada	Participantes
Louise Caroline Gonçalves Cordeiro Prado Bregagnoli	015.846.681-05	Bacharel em Direito	Participantes
Jessica Cavina Dias Saqueto	347.098.738-60	Psicóloga	Patrocinador
Henrique Octávio Beneli	391.010.518-14	Contador	Participantes

4.1.3. Os pedidos de esclarecimentos sobre este edital de seleção pública poderão ser encaminhados à licitacao@taruma.sp.gov.br ou pelo telefone: (18) 3373-4500 ramal: 9530 no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do dia seguinte ao da publicação deste edital.

4.1.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados por meio de correspondência eletrônica (e-mail) endereçada ao e-mail licitacao@taruma.sp.gov.br, com a seguinte descrição no assunto: "EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA 001/2022 – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO".

4.1.5. O envio do pedido de esclarecimentos não implicará na renovação do prazo para apresentação da proposta técnica e dos demais documentos.

4.1.6. As EFPC poderão requerer a disponibilização de informações adicionais no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data de publicação deste edital.

4.1.7. Os requerimentos de que tratam o item 4.1.6 deverão ser enviados por meio de correspondência eletrônica endereçada ao e-mail licitacao@taruma.sp.gov.br, com a seguinte descrição no assunto: "EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA 001/2022 – DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS".

4.1.8. A disponibilização de informações adicionais de que trata o item 4.1.7 ficará a critério exclusivo da Administração Pública.

4.1.9. Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar CAPC, observado disposto em leis e regulamentos.

5 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Os interessados deverão apresentar a documentação relacionada a seguir:

5.1.1. Quanto à Regularidade Jurídica:

a) Ato constitutivo da EFPC, contendo todas as alterações realizadas ou o último devidamente consolidado, devendo, em ambos os casos estarem registrados na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

5.1.2. Quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal, expedido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador";

b) Prova de Regularidade relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, por meio da Certidão Negativa de Débitos (CND) relativo aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive quanto às contribuições sociais, expedida pela Receita Federal;

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

5.1.3. Quanto à Qualificação Técnica:

a) Ato de registro da entidade junto a Superintendência Nacional de Previdência Complementar –PREVIC;

b) Balanço Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos anos;

c) Apresentar-se em condição normal de funcionamento.

5.1.4. Quanto à Proposta:

a) Carta de Apresentação, assinada pelo dirigente da proponente, contendo a razão social da entidade, o número do presente Edital de Seleção, Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar CAPC como responsável para recebimento das propostas, indicando a apresentação da documentação, o encaminhamento da proposta, que a entidade não fora declarada inidônea para contratar com a Administração, nem está sob intervenção ou liquidação extrajudicial;

b) Modelo de Proposta Técnica, contendo as informações solicitadas conforme o anexo único e, sempre que possível, indicar o local onde as informações estão publicadas e poderão ser acessadas.

5.2. Não serão aceitas quaisquer certidões ou documentos de que trata este edital incompletos, rasurados, emendados, obscuros ou com qualquer outra omissão ou imperfeição que impeçam sua leitura, a aferição de sua autenticidade ou de sua validade, sendo a documentação de inteira responsabilidade do interessado.

5.3. Para fins de análise da documentação apresentada, os documentos que não possuírem prazo de validade deverão possuir data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias.

5.3.1. Não se enquadram no subitem 5.3 os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6 - DO LOCAL, DATA, HORÁRIO E FORMA DE ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. A sessão pública será realizada na Prefeitura Municipal de Tarumã, sito a Rua Aroeira, nº. 482, – Vila das Árvores, **no dia 09 de junho de 2022, com início às 09h00min**, horário de Brasília – DF, e será conduzida pela Presidente da Comul com o auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do processo em epígrafe, bem como do Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar CAPC, conforme determinado pelo Decreto Municipal nº 2611/2022, de 25 de janeiro de 2022.

6.2. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão de processamento da seleção, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

6.3. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

6.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

6.5. A formalização de consultas, observados os prazos legais, poderão ser efetivadas através de documento devidamente entregue junto ao setor de protocolo da municipalidade, dirigido a Presidente da Comul, informando o número do processo e número da seleção. Não serão aceitas consultas ou reclamações efetivadas através de ligação telefônica ou consulta oral.

6.6.1. A proposta deverá contemplar as seguintes informações:

- a) Estrutura de Governança da entidade;
- b) Processo de Gestão de Riscos e Controle;
- c) Experiência da entidade em planos de Contribuição Definida, o patrimônio administrado, quantidade de planos, número de participantes e patrocinadores;
- d) Os controles internos e processos de gestão de riscos da EFPC;
- e) Transparência: canais e meios fornecidos aos patrocinadores e participantes para prestação de informações;
- f) Equipe e estrutura técnica da Entidade;
- g) Histórico de rentabilidade obtido nos planos de benefícios;
- h) A política de investimento e o desempenho da EFPC;
- i) Características e operação do plano de benefícios proposto:
 - i.1) Modelagem do plano e benefícios de riscos;
 - i.2) Taxa de administração e carregamento;
 - i.3) Plano de custeio do plano de benefícios;

posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, da minuta de Convênio de Adesão, da proposta inicial do Regulamento do Plano de Benefícios e/ou documentação exigida no item 5, admitindo a inclusão de qualquer outro documento que sirva como complemento necessário à elucidação de obscuridades, dúvidas ou, até mesmo, veracidade dos documentos já apresentados.

8 - DOS RECURSOS

8.1. No Processo de Seleção Pública caberá único recurso, que ficará delimitado à análise da primeira fase ou erro notório de análise por parte dos julgadores na elaboração do seu parecer técnico.

8.2. Será concedido o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões de recurso, contados da publicação do parecer técnico, cabendo igual prazo para contrarrazões de outra participante, caso o recurso da primeira lhe possa prejudicar.

8.3. Os demais participantes da seleção ficarão automaticamente intimados para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, cuja ciência inequívoca acerca do fato e prazo começarão a ser contados da disponibilização das razões recursais.

8.4. Os recursos e as contrarrazões recursais poderão ser protocoladas somente por escrito, em original, nesta Prefeitura, e dentro dos respectivos prazos legais.

8.5. Ouvida a Diretoria Técnica, os recursos serão julgados pelo Diretor Superintendente, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do fim do período de interposição.

9 - DA MASSA ATUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO

9.1. Para que a entidade possa verificar as características da massa dos servidores públicos municipais, disponibilizamos a avaliação atuarial com data focal em 31/12/2020, acessível em: <https://www.taruma.sp.gov.br/empresa/licitacoes>.

10 - FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. Homologado o processo de Seleção Pública pelo senhor Prefeito Municipal, será firmado Convênio de Adesão com o participante classificado em primeiro lugar.

10.2. É condição para que o Convênio de Adesão, após celebração, produza os efeitos legais, a sua aprovação, bem como a do Regulamento do Plano de Benefícios, pela PREVIC.

10.3. A recusa de aprovação do Convênio de Adesão e do Regulamento do Plano de Benefícios por parte da PREVIC implicará em rescisão imediata do Convênio de Adesão, sendo facultado à Administração convocar demais participantes do processo seletivo, na ordem de classificação.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A participação da entidade implica na sua aceitação integral e irretratável dos termos e condições do Edital, não sendo aceita, de nenhuma forma, alegações de seu desconhecimento.

11.2. Fica designado o foro da cidade de Assis/SP, para julgamento de eventuais questionamentos resultantes deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

11.3. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a apresentação das propostas.

11.4. As proponentes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, sob pena de aplicação das sanções administrativas, civis e criminais cabíveis.

11.5. A presente seleção pública não importa necessariamente em assinatura do Convênio de Adesão, podendo a Administração Pública revogá-la, no todo ou em parte, por conveniência administrativa ou por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente justificado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado em <https://www.taruma.sp.gov.br/empresa/licitacoes> para conhecimento dos Interessados, sem que caiba ao participante direito à indenização. A Administração Pública poderá ainda prorrogar qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas.

Tarumã SP, 23 de maio de 2022.

FLÁVIA TEODORO DA SILVA
PRESIDENTE DA COMUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

OSCAR GOZZI
PREFEITO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Memorial Descritivo a seleção de Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) para administração de plano de benefícios previdenciários servidores de cargo efetivo da Prefeitura Municipal de Tarumã, Estado de São Paulo.

1.2. As Entidades Fechadas de Previdência Complementar interessadas deverão apresentar propostas para administrar o plano de benefícios previdenciários dos servidores de cargo efetivo Prefeitura Municipal de Tarumã.

1.3. Devido as características da massa de servidores do Município de Tarumã, a escolha recairá sobre entidade que administre ou esteja a apta a administrar plano multipatrocinado de previdência complementar.

2. PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

2.1. Poderão participar desta seleção as pessoas jurídicas que se enquadram no conceito de Entidade Fechada de Previdência Complementar, que já administre ou que possa administrar planos de previdência de servidores públicos e que estejam devidamente autorizadas a funcionar como tal pelo respectivo órgão regulador, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e categorizadas como em “situação normal” no CadPrevic¹.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

a) Ato de registro da entidade junto a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;

b) Balanço Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos anos.

4. DA PROPOSTA

4.1. A proposta deverá contemplar as seguintes informações:

a) Estrutura de Governança da entidade;

b) Processo de Gestão de Riscos e Controle;

c) Experiência da entidade em planos de Contribuição Definida, o patrimônio administrado, quantidade de planos, número de participantes e patrocinadores;

d) Os controles internos e processos de gestão de riscos da EFPC;

e) Transparência: canais e meios fornecidos aos patrocinadores e participantes para prestação de informações;

f) Equipe e estrutura técnica da Entidade;

g) Histórico de rentabilidade obtido nos planos de benefícios;

h) A política de investimento e o desempenho da EFPC;

i) Características e operação do plano de benefícios proposto:

- i.1) Modelagem do plano e benefícios de riscos;
- i.2) Taxa de administração e carregamento;
- i.3) Plano de custeio do plano de benefícios;
- i.4) Custo para implementação do plano – aporte inicial;
- i.5) Etapas para a implementação do plano;
- i.6) Existência e participação em Comitês de Planos;
- i.7) Estratégias de divulgação e procedimentos de inscrição;
- i.8) Canais acessíveis de atendimento ao participante;
- i.9) Compatibilidade de sistemas entre Patrocinador e Entidade.
- j) Informações sobre quais planos multipatrocinados são atualmente administrados e quais os patrocinadores participantes;
- k) Informar se é auditado por algum órgão externo de controle, como, por exemplo, Tribunal de Contas do Estado ou da União;

4.1.2. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, acréscimos e entrelinhas, com todos os campos do modelo constante no Anexo Único preenchidos e facilmente identificáveis, datada e assinada por representante legal.

4.2. O Interessado deverá apresentar, juntamente com a proposta, minuta do Convênio de Adesão e da proposta inicial do Regulamento do Plano de Benefícios.

4.3. A emissão de parecer técnico acerca das propostas ficará a cargo do Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar - CAPC, conforme determinado pelo Decreto Municipal nº 2.611/2022, de 25 de janeiro de 2022.

5. DA MASSA ATUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO

5.1. Para que a entidade interessada possa verificar as características da massa dos servidores públicos municipais, disponibilizaremos a avaliação atuarial com data focal em 31/12/2020, como anexo deste Memorial.

6. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Homologado o processo de Seleção Pública pelo Prefeito Municipal, será firmado Convênio de Adesão com o participante classificado em primeiro lugar.

6.2. Após a celebração, é condição para que o Convênio de Adesão produza os efeitos legais, a sua aprovação pela PREVIC, bem como a do Regulamento do Plano de Benefícios.

6.3. A recusa de aprovação do Convênio de Adesão e do Regulamento do Plano de Benefícios por parte da PREVIC implicará em rescisão imediata do Convênio de Adesão, sendo facultado à Administração convocar demais participantes do processo seletivo, na ordem de classificação.

7. ANEXO PARA O MODELO DA PROPOSTA TÉCNICA

7.1. EXPERIÊNCIA DA ENTIDADE

7.1.1 Rentabilidade da Carteira de Investimento da EFPC nos últimos 60 meses.

Ano	Rentabilidade a.a
2021	
2020	
2019	
2018	
2017	

Taxa acumulada no período

___% a.a

7.1.2 Ativo Total da EFPC (em milhões de R\$) nos últimos 5 (cinco) anos:

Ano	Ativo sob gestão em R\$ milhões
2021	
2020	
2019	
2018	
2017	

7.1.3. Quantitativo de participantes, patrocinadores e planos da EFPC nos últimos 5 (cinco) anos:

Ano	Quantidade de Participantes da EFPC	Quantidade de Patrocinadores	Quantidade de Planos Administrados
2021			
2020			
2019			
2018			
2017			

7.1.4. Discriminar a Estrutura de Governança (Composição dos Órgãos Estatutários, Existência de Comitês, Comitês de Investimento, Comitês de Planos, Processo de Gestão de Riscos e Controles Internos, além da experiência da entidade na administração de planos de contribuição definida.

7.1.5. Qualificação técnica e experiência da Diretoria Executiva:

Membro da Diretoria Executiva (Nome)	Cargo/Função	Tempo de Experiência em Previdência Complementar	Formação Acadêmica

7.1.6. Forma de escolha dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria, Executiva e Comitê de Investimento.

7.1.7. Experiência da entidade em planos de Contribuição Definida:

7.1.8. Canais e meios fornecidos aos patrocinadores e participantes para prestação de informações:

7.1.9. Tempo de Existência da Entidade.

7.2. CONDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO PLANO MULTIPATROCINADO DE BENEFÍCIOS PROPOSTO PARA TARUMÃ SP

7.2.1. Informar sobre a existência de comitê gestor do Plano de Benefícios multipatrocinado proposto pela EFPC para o Município, indicando a composição, atribuições, número de assentos e se há assento(s) para o patrocinador.

7.2.1.1. Entre as atribuições do comitê gestor do Plano de Benefícios, é possível constar a de deliberar sobre a forma e condições de contratação de seguros que serão oferecidos aos segurados do plano?

7.2.2. Forma de custeio para a administração do plano por meio de taxas de administração e de carregamento, cobradas dos participantes sobre as contribuições e/ou saldo de conta. Os valores apresentados nesta proposta devem ser expressos em percentual ao ano, com duas casas decimais.

TAXA DE CARREGAMENTO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Observação:

7.2.3. Valor das despesas administrativas por ativo e por participante:

Classe de Investidor	Despesa Administrativa/Ativo	Despesa Administrativa/ Participante

Observação: _____

7.2.4. Necessidade e a forma de eventual pagamento de aporte inicial pelo Patrocinador.

7.2.5. Detalhamento dos Benefícios de Risco que serão oferecidos pelo Plano. Informar também se serão oferecidos diretamente pela Entidade ou por meio de outra instituição contratada.

7.2.6. Etapas para Implementação do Plano.

7.2.7. Informar as estratégias de divulgação, os procedimentos de inscrição, as etapas, os canais e recursos ofertados para a implantação do plano e para o atingimento do público-alvo, além de listar os canais de comunicação e atendimento dos participantes.

7.2.8. Plano de Educação Previdenciária: Ações de educação financeira e previdenciária, os canais e ações que serão desenvolvidas pela EFPC para atender ao plano de benefícios, além dos canais e ações em curso na EFPC.

7.2.9. Informar os benefícios de Risco oferecidos pelo Plano;

7.2.10. Informar a modelagem do plano e os benefícios de Risco oferecidos.

7.2.11. Informar sobre quais planos multipatrocínados são atualmente administrados e quais os patrocinadores já participantes;

7.2.12. Informar se é auditado por algum órgão público controle externo, como, por exemplo, Tribunal de Contas do Estado ou da União.

7.3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A EFPC

7.3.1. Informar a Política de Investimentos da EFPC, a existência de perfis de investimento, a existência de contratos de gestão com gestores internos e externos; se a gestão dos investimentos é terceirizada. Caso a gestão de investimentos seja terceirizada, informar a existência de relatório circunstanciado dos gastos, acompanhamento da qualidade com metas ou descumprimento de cláusulas contratuais, além de avaliação dos custos diretos e indiretos dos serviços terceirizados.

7.3.2. Informar se a EFPC possui auditoria interna, ouvidoria, canal de denúncias, manual de governança corporativa, selo de autorregulação.

7.3.3. Informar se possui Manual de Conduta e Ética e as práticas para a Mitigação de Conflitos de Interesse.

7.3.4. Informar se a EFPC divulga os valores gastos com serviços de terceiros: administradores de carteira, assessoria jurídica, atuários, auditoria independente, consultorias, contadores e outros considerados relevantes.

7.3.5. Informar se a EFPC divulga a remuneração dos conselheiros, dirigentes e administradores consolidada ou individualmente, de forma separada dos demais encargos e salários.

7.3.4. Informar se a EFPC possui ou pretende possuir local ou estrutura de atendimento presencial aos servidores que terão interesse em aderir ao RPC no município de Tarumã SP. Se sim, informar como será a estrutura. Se não, informar quais serão os meios colocados à disposição dos segurados.